RELATÓRIO TÉCNICO

56ª RODADA DO PENSAR A BAHIA – ETIC

Tema: Educação e Comunicação na Sociedade Digital

Convidado: Professor Dr. Nelson Pretto

Data de realização: 24/06/2025

Síntese curricular do convidado

O Professor Dr. Nelson Pretto possui notório saber no campo da educação e sua relação com a tecnologia. Sua formação acadêmica inclui a licenciatura em Física pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Educação e um doutorado em Comunicação, ambos na USP. Atualmente, ocupa a posição de professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é membro titular da Academia de Ciências da Bahia. Sua trajetória é marcada por contribuições significativas, a exemplo do projeto de inclusão sociodigital "Tabuleiros Digitais". Sua história pessoal se confunde com a própria história da internet no estado, tendo coordenado o comitê gestor formado pela prefeitura, governo do estado e as federações da indústria, agricultura e comércio para implantação da Rede na Bahia nos anos 90, uma iniciativa que, desde sua concepção, buscou ser uma política de Estado, e não apenas de governo.

Contextualização do tema

O Professor Nelson Pretto iniciou sua exposição de forma contundente, afirmando que as questões centrais discutidas sobre tecnologia e educação em 2007 ainda permanecem sem solução, pois, em suas palavras, "não fizemos o dever de casa". Ele contextualizou o debate a partir de uma perspectiva histórica, remetendo-nos a 1994, quando a internet começou a ser implementada na Bahia. Foi nesse cenário pioneiro, de uma tecnologia que ainda causava estranhamento, que se criou a frase que se tornaria o mantra do movimento: "não queremos a internet nas escolas e sim as escolas da internet". A ideia, explicou o professor, era que a rede fosse "impregnada dos nossos valores", para que não se tornasse apenas mais um meio de comunicação de massa onde poucos produzem e a maioria consome. A tese central defendida era que as tecnologias não são meras "ferramentas auxiliares", mas sim "elementos fundamentais da vida contemporânea".

Compreensão do problema

O diagnóstico apresentado pelo professor é de que a promessa inicial da internet foi frustrada por um processo que ele define como “o sequestro da internet”. Esse sequestro foi arquitetado e executado pelas grandes empresas de tecnologia, as Big Techs, que transformaram a rede em um ambiente de concentração de poder e capital. Esse fenômeno se assenta sobre pilares que minaram o potencial transformador da tecnologia, especialmente na educação.

O primeiro pilar é o que, citando o pesquisador Eduardo Aybar, ele chama de "o culto da inovação". Nesse contexto, a inovação deixou de ser um processo de “criação coletiva”, voltada ao bem comum, para se tornar uma "mercadoria", um ato individual para gerar lucro. Essa lógica leva diretamente ao “solucionismo tecnológico”, a crença de que mera introdução de máquinas e aplicativos na escola pode resolver problemas que são, em sua essência, pedagógicos, sociais e conceituais.

O segundo pilar é a “naturalização”. O professor argumenta que o grande mérito do neoliberalismo foi naturalizar o capitalismo, e essa mesma lógica foi aplicada à tecnologia. Softwares proprietários como Windows e plataformas fechadas foram adotados em massa pelo setor público e pela sociedade sob a justificativa de que “funciona melhor é assim, já é assim, todo mundo usa”. Essa naturalização anula o pensamento crítico e impede o desenvolvimento e a adoção de alternativas livres e abertas.

O terceiro pilar é a existência de “políticas públicas incoerentes”. As áreas de cultura, ciência e tecnologia e educação não dialogam entre si, atuando de forma isolada e fragmentada. Essa falta de uma visão de Estado integrada impede a construção de projetos robustos e sustentáveis, levando a uma sobreposição de esforços e à ineficiência, como os múltiplos projetos de inclusão digital que não se comunicavam, a exemplo, no primeiro governo Lula.

A convergência desses fatores resultou no que o professor define como a “colonização digital da educação pública brasileira”. De um lado, atuam os “reformadores empresariais da educação”, como a Fundação Lemann, e, de outro, as *Big Techs*. A pandemia, segundo ele, abriu as portas para que esses dois movimentos, antes separados, se unissem para capturar a educação pública, influenciando o *lobby* no Congresso Nacional e a definição

de políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi moldada para atender a interesses empresariais. Nesse modelo, a escola se torna um “espaço de consumo de mercadorias ou de informações”, e os professores, submetidos a condições de trabalho “exaustivas” e “precárias”, perdem sua capacidade criativa, resultando em uma escola que “não interessa mais, a Juventude”.

Ações e Proposições

Frente a um diagnóstico tão complexo, o Nelson Pretto argumentou que não existem soluções simples ou imediatas, mas sim a necessidade de uma mudança de estratégia, inspirada na filosofia do “movimento *hacker*”. A proposta não é criar uma “pedagogia *hacker*”, mas sim aprender com a lógica desses movimentos: “hackear por dentro”, ou seja, "navegar nas brechas do sistema" para promover transformações a partir de ações concretas e localizadas. As proposições para essa transformação se articulam em diversas frentes:

- **Soberania digital como política de Estado**: é imperativo que o país invista e priorize soluções tecnológicas nacionais, livres e abertas, para reduzir a dependência das *Big Techs*. Isso se traduz em ações práticas, como a adoção de formatos de documentos abertos (ODT) no setor público, o desenvolvimento de data centers federados para proteger os dados educacionais e a criação de plataformas públicas, como uma plataforma de vídeo para o governo, evitando a entrega de conteúdo e dados para corporações como o YouTube. A soberania digital é vista como uma questão fundamental para a segurança e o desenvolvimento nacional.
- **A escola como espaço de autoria e produção**: A mudança de paradigma mais crucial é transformar a escola. Ela deve deixar de ser um local de consumo passivo de informações para se tornar um espaço de produção, de culturas e de conhecimento. Para isso, é essencial que os professores sejam vistos e tratados como autores, e não como meros atores ou reprodutores de conteúdo. Isso exige uma revalorização da profissão, com melhores condições de trabalho e autonomia para que possam exercer sua criatividade e liderança intelectual.
- **Fomento a experiências locais e em rede**: a estratégia proposta não é a criação de um modelo único a ser replicado, mas sim o fomento de “princípios que se replique”. Isso significa identificar, apoiar e “injetar dinheiro” em experiências locais que já aplicam uma pedagogia crítica e autoral. Exemplos como as agências

de notícias juvenis do IATEC e o projeto do ciberparque em Irecê mostram como iniciativas focadas na comunidade podem gerar desenvolvimento tecnológico e social. A ideia é que essas experiências se disseminem “na lógica do vírus”, contaminando positivamente o sistema educacional.

- **Políticas públicas integradas e de longo prazo:** a transformação da educação é indissociável de outras políticas públicas. É preciso superar a incoerência atual e construir políticas que integrem as áreas de educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia e, fundamentalmente, que combatam a desigualdade social. O professor enfatiza que este é um trabalho de “médio para longo prazo”, que exige uma mudança na própria concepção de sociedade e na forma como o Estado é gerido.

Por fim, o professor reiterou sua posição contrária à proibição de tecnologias como o celular na escola. Ele ressalta que o problema não é o aparelho, mas o que tem dentro do celular, que são as redes sociais e essas precisam ser reguladas. Nas mãos de um professor qualificado, qualquer objeto, tecnologia ou conteúdo pode ser transformado em uma poderosa ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do pensamento crítico.